

### Comissão Coordenadora

Proposta de relato da reunião realizada em 9 de abril de 2021, pelas 15h00, via Plataforma Zoom, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Informações;
2. Aprovação do relato da reunião anterior;
3. Eventuais iniciativas sobre a questão da recuperação das aprendizagens;
4. Ensino profissional e digitalização;
5. Projetos *apresentados* pelo Coordenador da 6.<sup>a</sup> Comissão Especializada Permanente relativos à infraestrutura tecnológica para a digitalização na educação.

Para a reunião foram convocados os membros da Comissão Coordenadora, tendo estado presentes, para além da Presidente, Maria Emília Brederode Santos, o Secretário-Geral, Manuel Miguéns, a Conselheira Joana Brocardo e os Conselheiros Bárto Paiva Campos, João Cravinho, Pedro Lourtie e Rui Canário.

A Presidente saudou os presentes e iniciou a reunião lembrando a realização recente do *Webinar* sobre a aprendizagem da escrita e o gosto pela aprendizagem da escrita, cuja organização foi da responsabilidade do Conselheiro Sérgio Niza, no âmbito da 4.<sup>a</sup> Comissão Especializada Permanente, e considerou a iniciativa muito interessante e útil. Informou também que no próximo dia 22 de abril irá ocorrer um outro seminário *online*, “Perspetivar o 1.<sup>o</sup> ciclo em tempo de pós-pandemia”, da responsabilidade da Conselheira Joana Brocardo, organizado pela 2.<sup>a</sup> Comissão Especializada Permanente. Sobre esta iniciativa, a Conselheira Joana Brocardo acrescentou que se pretende fazer uma reflexão prospetiva focada no 1.<sup>o</sup> ciclo, discutindo vias de organização e de redefinição necessárias, que integrem o muito que se aprendeu no contexto da pandemia e perspetivem vias de recuperação e de inovação. O foco neste ciclo de ensino decorre da perceção de que foi aqui que as dificuldades mais se fizeram sentir, durante o ensino não presencial. Referiu também que contará com intervenções de Maria do Céu Roldão, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém, Conceição Medeiros, da Escola Novas Rotas – Açores e Célia Mestre, do Agrupamento de Escolas Romeu Correia.

A Presidente referiu a comunicação recente do primeiro-ministro de que seria apresentado em maio, para discussão pública, o Plano de Recuperação de Aprendizagens 2021–2023, tendo o Ministro da Educação anunciado que iria ouvir o Conselho Nacional de Educação sobre este assunto. Considerava, por isso, importante nomear, desde já, os conselheiros relatores de um possível parecer ou recomendação, uma vez que a temática requer reflexão, debate e tempo para a realização de audições.

Os conselheiros manifestaram a sua concordância com esta proposta. O Conselheiro Bárto Paiva Campos considerou que a questão da recuperação de aprendizagens é importante, mas exige muita reflexão e conhecer, nomeadamente, as experiências de outros países. Foram referidas as seguintes

ideias: i) a revisão dos currículos e programas centrados no que é essencial; ii) aulas de apoio extra, ou professores de apoio a reforçar as aulas em horário normal; iii) aproveitar o verão para organizar campos de férias, em articulação com autarquias e outras instituições, com oferta de atividades robustecidas em áreas culturais e de atividade física, entre outras. O Conselheiro Pedro Lourtie acrescentou que estas ideias se destinam sobretudo a compensar o que não foi feito, mas seria importante ouvir os alunos sobre o que aconteceu e transformar estas experiências em conhecimento. A Conselheira Joana Brocardo alertou para o perigo que um aumento do número de horas de trabalho – inevitável na implementação de várias das medidas que se ouvem, vindas de distintos quadrantes – de virar os alunos contra a escola. O Conselheiro Rui Canário observou que as situações são muito diversificadas, relativamente a alunos e escolas, pelo que a questão da recuperação das aprendizagens passará por dar voz aos professores e às escolas e mais autonomia e recursos, para que a possam fazer.

A Presidente informou ainda que tinha sido enviado ao Conselho um pedido de informação, pela Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto, sobre uma Petição relativa à “Inclusão dos 0-3 anos no sistema educativo - Alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo”, da iniciativa da Associação de Profissionais de Educação de Infância. Lembrou que esta questão tem sido abordada pelo CNE em inúmeras iniciativas, pelo que a resposta passará por uma síntese do que o Conselho tem dito sobre a temática.

Solicitou ainda aos conselheiros que apresentassem sugestões de melhoria do site do CNE, de modo a torná-lo mais eficaz na finalidade que justifica a sua existência: servir o “consumidor” mais do que a organização.

O Secretário-Geral, a pedido da Presidente, fez o ponto da situação dos trabalhos relativos ao estudo *Educação em tempo de pandemia: problemas, respostas e desafios das escolas* e mencionou que se estava a fazer um esforço, no sentido de o finalizar até meados de maio.

Quanto à proposta de relato da reunião anterior, não tendo havido qualquer sugestão de alteração, foi considerada aprovada, mantendo-se o prazo de uma semana para a comunicação de eventuais propostas, sinalizadas posteriormente.

A Presidente referiu que gostaria que o CNE desse seguimento à reflexão iniciada no relatório *Estado da Educação 2019* sobre o ensino profissional: as questões da oferta e da procura, de ter uma visão a longo prazo no país, no interior, dos recursos humanos necessários. De igual modo, refletir sobre as competências, a continuação de estudos no ensino superior, a formação de professores. No entanto, será uma questão a analisar em tempo mais oportuno, dadas as tarefas que estão a decorrer e os recursos de que o Conselho dispõe.

De seguida, passou a palavra ao Conselheiro João Cravinho que apresentou os projetos de dois estudos a realizar no âmbito da 6ª Comissão Especializada Permanente. Explicou que o primeiro teria como objeto a elaboração de cenários viáveis de Infraestruturas Tecnológicas Digitais para o futuro da educação em Portugal. Referiu que o estudo seria coordenado pelo Conselheiro José Tribolet e pressupõe o estabelecimento de parcerias institucionais, escolhidas pela relevância dos seus domínios de atuação neste âmbito. Contaria, de igual modo, com o contributo do Professor Pedro Veiga, ex-Presidente da FCCN e do Centro Nacional de Cibersegurança. O estudo daria origem a uma recomendação a ser submetida a apreciação do Plenário.

O segundo, refere-se a um mapeamento da acessibilidade à *internet*, por região e tendo em conta a localização de todas as escolas do país, identificando os pontos fortes e fracos. Este estudo contaria com a colaboração do Professor João Confraria que foi membro da Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM).

No debate superveniente, os conselheiros destacaram a importância de o CNE elaborar uma recomendação sobre o digital na educação, tendo em conta o que está previsto no *Plano de Recuperação e Resiliência*. Reconhecendo a importância de dotar as escolas com uma infraestrutura tecnológica eficaz, consideraram que a recomendação deveria ser orientada pedagogicamente, incluir a importância de capacitar os docentes e os alunos para o seu uso, recordando-se a existência no Ministério de sectores responsáveis por estas infraestruturas cujos responsáveis conviria ouvir para não haver duplicação de esforços. Esta recomendação poderia estar suportada num relatório, com um carácter mais técnico, sobre as infraestruturas.

No seguimento do debate, a Presidente propôs a realização de uma reunião com os responsáveis do Ministério pelo desenvolvimento do apetrechamento tecnológico nas escolas e outra com diretores de Agrupamentos de Escolas, no sentido de os auscultar sobre as necessidades no terreno, o que permitiria uma tomada de decisão mais informada. Esta proposta foi aceite.

A Presidente agradeceu a presença de todos e deu por terminados os trabalhos.